

**IMPERIALISMO E GUERRA HÍBRIDA:
UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS EUA NO GOLPE DE 2016
A PARTIR DOS TELEGRAMAS DA EMBAIXADA NORTE-AMERICANA NO
BRASIL VAZADOS PELA WIKILEAKS**

Gabriel Lecznieski Kanaan
UFF, glkanaan@gmail.com

Ontem, foi o suicídio do Sr. Getúlio Vargas. Hoje, a deposição do Sr. João Goulart. Amanhã, será uma outra revolução made in USA contra todo e qualquer presidente reformista.

Edmar Morel, *O golpe começou em Washington*, 1964

“Por que os Estados Unidos nunca sofreram um golpe? Porque eles não tem uma Embaixada americana!” Piada contada pelo Assessor de Lula Marco Aurélio Garcia ao inconformado Embaixador estadunidense Clifford Sobel.

Clifford Sobel, *Understanding Brazil...* 2009

Até entre as posições mais progressistas, muita gente tem receio de enfatizar a participação dos Estados Unidos no golpe que derrubou a presidente legítima do Brasil. Isto apesar das múltiplas evidências que ligam todos — Michel Temer, José Serra, Sérgio Moro, MBL etc. — a grupos estadunidenses. E apesar do que tem ocorrido nos últimos anos nos outros países da América Latina. Falar da interferência dos Estados Unidos parece coisa de teoria conspiratória. Acho que há uma ideia difusa que a participação estadunidense na política latino-americana se devia apenas à Guerra Fria — e não ao imperialismo.

Resumo: Este trabalho é parte da dissertação que escrevemos sobre as relações entre os EUA e o Brasil durante o governo Lula. Nela, investigamos especificamente como a relação foi vista pelas lentes do imperialismo norte-americano, o que fizemos a partir da análise dos 2.867 telegramas enviados pela Embaixada e Consulados estadunidenses no Brasil para o Departamento de Estado em Washington. Os documentos foram vazados em 2010 por Chelsea Manning e publicados pela WikiLeaks, que organizou as fontes na “Biblioteca Pública da Diplomacia Estadunidense” (PlusD), arquivo histórico digital que nos mune, de forma inédita, com vestígios da ação recente dos Estados Unidos no Brasil (oficialmente, os telegramas liberados pelo National Archives vão até, no máximo, 1980).

Com base nessa documentação, analisamos como a Embaixada viu as políticas do Brasil durante o governo Lula e como agiu em relação a essas políticas nos assuntos das esferas política, militar e econômica. Discutimos como o Departamento de Estado via o Itamaraty e como atuou para a contenção e engajamento do projeto de integração regional e projeção global do Brasil, focando nas questões das negociações da ALCA e da aproximação do Brasil com a Venezuela e das negociações na OMC e da aproximação do Brasil com a China. Analisamos como a Embaixada agiu em relação à Estratégia

Nacional de Defesa (END) do Brasil e seus desdobramentos nas questões relativas à Central de Lançamentos de Alcântara, no monitoramento da Amazônia, no programa do submarino nuclear e no projeto FX-2 para a compra da nova geração de caças do Brasil – leilão que a Boeing disputava e agia com o suporte da Embaixada para ser a escolhida. E investigamos o suporte da Embaixada e do Consulado no Rio de Janeiro às petrolíferas estadunidenses (em especial à Chevron e Exxon) que tinham interesse em explorar o petróleo do pré-sal – especificamente o lobby para derrubar a lei que dava prioridade à Petrobras na exploração.

Concluimos que a política do governo Lula contribuiu para o aprofundamento das tensionamentos históricos da relação bilateral, especialmente em relação ao aprofundamento da integração regional e das coalizões sul-sul, ao projeto de desenvolvimento militar tecnologicamente independente dos EUA e à prioridade concedida à Petrobras para a exploração do petróleo do pré-sal. Argumentamos que esses atritos levaram os EUA a mobilizar suas táticas de regime change para derrubar o governo Dilma, treinando e dando suporte a grupos da oposição de direita ao PT que operavam para desestabilizar o governo, especificamente aos agentes da Lava Jato, por meio do Projeto Pontes da Embaixada, e aos militantes do MBL, através do think tank Atlas Network.

Neste texto, apresentaremos uma pequena amostra de como a Embaixada viu, comentou e agiu em relação à política do Brasil durante o governo Lula. Iremos apontar os principais campos de interesse da Embaixada a partir de uma narrativa dos principais telegramas sobre as questões políticas, militares e econômicas da relação Estados Unidos – Brasil. A partir desse resumo da tese central do trabalho, que argumenta como os conflitos entre os EUA e o Brasil se aprofundaram nas relações da esfera política, militar e econômica, sintetizaremos os principais indícios do papel dos EUA no golpe de Estado que derrubou Dilma em 2016.

Focando na atuação da Embaixada, esse trabalho busca preencher uma lacuna da produção historiográfica sobre as relações Brasil – Estados Unidos, que pouca atenção dá às agências diplomáticas. De modo geral, hoje em dia pouco se fala das ações da Embaixada dos EUA. Há poucas manchetes sobre suas movimentações na Mídia, e poucas investigações sobre a mesma nas Universidades. Ao mesmo tempo em que hoje se reconhece o importante papel que teve o Embaixador norte-americano Lincoln Gordon no golpe que derrubou João Goulart em 1964, argumentar que a Embaixada agiu para desestabilizar o governo Dilma é coisa de teoria conspiratória – como, na verdade, também era na época de Jango.

Manter suas movimentações camufladas é um objetivo político da Embaixada. Liliana Ayalde, Embaixadora no Brasil durante o golpe de 2016, e no Paraguai durante o

golpe de 2012 que derrubou Fernando Lugo, escreveu, em um dos seus telegramas enviados do Paraguai, que “a nossa influência aqui é muito maior do que as nossas pegadas”.¹ Não à toa, as poucas mídias sociais da Embaixada focam em falar sobre como conseguir vistos para entrar nos EUA, ou em exaltar o papel da Embaixada no combate ao machismo e ao racismo.²

No entanto, investigando outras pegadas, observamos que o tamanho da Embaixada no Brasil não é compatível com a hipótese de que ela não participa dos processos da grande política do país. É difícil, inclusive, encontrar dados sobre a quantidade de funcionários trabalhando nos postos diplomáticos no Brasil. Após muitas buscas, encontramos, nos relatórios do Inspetor Geral do Departamento de Estado, que, em 2008, a Embaixada contava com 271 funcionários estadunidenses, 637 *foreign service nationals* (também chamados de LE – *local employees*, ou seja, brasileiros contratados) e 38 “membros familiares elegíveis”, totalizando 946 trabalhadores/as.³ Em comparação com o total de funcionários trabalhando nos postos diplomáticos ao redor do globo, estimado em 48.000 (11.000 funcionários estadunidenses + 37.000 empregados locais) no ano de 2008,⁴ o *staff* no Brasil representava 2% de todo o corpo diplomático norte-americano, e dos diplomatas estadunidenses além mar, 2,46%.

Ainda, em apenas 5 anos, o número de funcionários/as aumentou para 1418 (um aumento de 50%), sendo 510 contratados/as diretamente dos EUA e 908 empregados/as locais.⁵ No mesmo período 2008-2013, o total mundial de funcionários/as nos postos diplomáticos estadunidenses cresceu de 48.000 a 58.000 (um aumento de 20%), sendo 2 mil contratações de agentes norte-americanos/as e 8 mil estrangeiros/as (totalizando, respectivamente, 13.000 e 45.000),⁶ o que levou a um crescimento percentual do corpo

¹ AMARAL, Marina; VIANA, Natália. *O bispo e seus tubarões*. Agência Pública, 2014.

² Ver facebook.com/EmbaixadadosEUA.BR/; youtube.com/user/EmbaixadaEUA; br.usembassy.gov/pt/.

³ DEPARTMENT OF STATE. **Report of Inspection: Embassy Brasilia and Constituent Posts, Brazil.** Office of Inspector General, março de 2008, p. 6. Disponível em: stateig.gov/system/files/113914.pdf.

⁴ ROBERTS, Amy. *By the numbers: US diplomatic presence*. CNN, 10 de maio de 2013. Disponível em: cnn.it/2HiWiPa.

⁵ DEPARTMENT OF STATE. **Inspection of Embassy Brasilia and Constituent Posts, Brazil.** Office of Inspector General, setembro de 2013. Disponível em: stateig.gov/system/files/217403.pdf

⁶ US DEPARTMENT OF STATE. **Mission.** Disponível em: careers.state.gov/learn/what-we-do/mission.

diplomático no Brasil em relação aos outros países do globo de 2% para 2,44%, e em relação aos/às agentes estadunidenses somente, de 2,46% para 3,92%.

No mesmo ano de 2013, o presidente russo Vladimir Putin, contrariado com o tamanho da Embaixada norte-americana em seu país, disse que os EUA deveriam reduzir seu corpo diplomático em 750 pessoas. De acordo com o relatório do Inspetor Geral, naquele ano 1279 pessoas trabalhavam na Embaixada dos EUA na Rússia, e apenas 345 eram contratadas diretamente dos EUA. Ou seja, a Embaixada no Brasil era maior que a Embaixada na Rússia, cujo tamanho já preocupava Putin.⁷

O relatório do Inspetor Geral sobre o Brasil ainda apontava, em 2013, que “com a criação dos Consulados em Porto Alegre e Belo Horizonte e com as tendências de crescimento em todas as agências, a expectativa é que o *staff* cresça 15% até 2016, com 62 novas contratações de estadunidenses e 150 de funcionários locais”.⁸ Esses dados corroboram a hipótese de grande parte da bibliografia sobre o tema, que argumenta como a ascensão do Brasil na arena política internacional durante o governo Lula levou os Estados Unidos a darem mais importância ao país.

I. O BRASIL VISTO E COMENTADO PELA EMBAIXADA (2003-2010)

Ao longo dos 13 anos dos governos Lula e Dilma, a política externa norte-americana enfrentou uma sequência de atritos com Brasil, principalmente com o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores – MRE), dirigido, nas palavras da Embaixada, por “esquerdistas nacionalistas e anti-americanos”.⁹ Em outubro de 2003, logo após os atritos entre o Brasil e os Estados Unidos no encontro da Comissão de Negociação Comercial da Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA), Donna Hrinak indagava se era “possível quebrar o estrangulamento do Itamaraty à ALCA?”.¹⁰

⁷ McKELVEY, Tara. *Why are there so many US diplomats working in Russia?* BBC, 31 de julho de 2017. Disponível em: bbc.in/2VDRVSK.

⁸ DEPARTMENT OF STATE. *Inspection...*

⁹ SOBEL, Clifford. **Understanding Brazil's Foreign Ministry, part 1: ideological forces** (§ 9). *US Embassy in Brasilia para Secretary of State*, 11 de fevereiro de 2009, *Confidential*. Canonical ID: 09BRASILIA177. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA177_a.html.

¹⁰ HRINAK, Donna. **Can Itamaraty's stranglehold on FTAA policy be broken?** *US Embassy in Brasilia para Secretary of State*, 27 de outubro de 2003, *Confidential*. Canonical ID: 03BRASILIA3459_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/03BRASILIA3459_a.html.

Um mês antes, em setembro de 2003, Robert Zoellick, Representante Comercial dos Estados Unidos, atribuiu o “fracasso” da conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancun ao Brasil, “o país que só sabe dizer não”¹¹. Na conferência, o Ministro do Itamaraty Celso Amorim organizou o G-20 comercial, que reuniu os países “em desenvolvimento” para exigir dos EUA e da Europa melhores condições comerciais no campo da agricultura. Na semana seguinte à conferência de Cancun, a Embaixada estadunidense em Brasília enviava ao Departamento de Estado o desapontado telegrama “Brasil: sem arrependimento ou reconsideração pós-Cancun”, informando que o governo brasileiro “sente uma sólida satisfação própria em relação ao seu desempenho em Cancun” e “demonstra zero remorsos em relação ao colapso da conferência”.¹²

A atuação multilateral do governo Lula na arena política internacional também entrou em atrito com a diplomacia estadunidense ao articular iniciativas de integração com outras potências emergentes, destacadamente os BRICS, e iniciativas de integração regional, como o aprofundamento da participação no Mercosul, a criação da UNASUL (2008) e da CELAC (2010). Em especial, a aproximação do Brasil com a Venezuela foi uma grande preocupação para a Embaixada, que via Chávez como a maior ameaça à hegemonia dos EUA no continente. Em telegrama de março de 2005, por exemplo, o Embaixador John Danilovich (2004-2005) informava para a Secretária de Estado Condoleezza Rice, contrariado, que Celso Amorim “não via Chávez como uma ameaça”.¹³ O desapontamento do Embaixador é característico da relação marcada pelo cunho conciliador do governo Lula, que, ao mesmo tempo em que prometia aos Estados Unidos controlar os governos mais radicais do continente e garantir a “estabilidade” regional, costurava com os governos locais alianças políticas, econômicas e até mesmo

¹¹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. A new Strategic Dialogue: Brazil-US relations in Lula’s presidency (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n. esp, p. 132–150, 2010, p. 139.

¹² VIRDEN. **Brazil: no post-Cancun regrets or second thoughts**. *US Embassy in Brasilia* para *Secretary of State*, 26 de setembro de 2003, *For official use only*. *Canonical ID*: 03BRASILIA3124_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/03BRASILIA3124_a.html.

¹³ DANILOVICH, John. **Brazil: ambassador’s 14 march meeting with FM Amorim**. *US Embassy in Brasilia* para *Secretary of State*, 15 de março de 2005, *Secret*. *Canonical ID*: 05BRASILIA715_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/05BRASILIA715_a.html.

militares excluindo os norte-americanos, que claramente viam tais iniciativas como “hostis” aos seus interesses.

O maior exemplo de aliança militar regional foi a criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), pensado originalmente por Chávez e adaptado pelo governo Lula. O Brasil apresentou a proposta de criação em abril de 2008, a qual foi aprovada pela Cúpula da UNASUL em dezembro do mesmo ano. Simultaneamente, no mesmo mês de abril, o Chefe de Operações Navais da Marinha dos EUA, o Almirante Gary Roughead, anunciava a reativação da IV Frota, responsável pelos navios, aviões e submarinos nos mares que circundam as Américas Central e do Sul. A IV Frota havia sido criada durante a Segunda Guerra (1943) e estava desativada desde 1950. Como veremos no capítulo III, sua reativação também coincidiu (?) com as descobertas de petróleo na camada pré-sal. A querela no terreno militar envolvia claramente a desaprovação dos norte-americanos pela busca por “independência” (aspas irônicas usadas pela Embaixada) militar do governo brasileiro. Em telegrama de janeiro de 2009 sobre a Estratégia Nacional de Defesa lançada por Lula no mês anterior, Sobel criticou a ênfase dada pelo governo brasileiro à “independência no controle de armamentos” e atacou a busca do Brasil por acordos militares com países dispostos a transferir tecnologia, chegando a atribuir parte do “problema” à “formação socialista de Lula no PT”.¹⁴ Alguns meses depois, Clifford Sobel traçava a “estratégia final” da Boeing para vencer o Projeto FX-2, o plano do governo brasileiro para comprar nova frota de caças. À época, os *Super Hornet's* da Boeing competiam com os caças franceses *Rafaele*, que ofereciam, ao contrário dos norte-americanos, a transferência da tecnologia para a fabricação de novos caças no Brasil.¹⁵

Acumulada a estes atritos, a questão chave do tensionamento da relação Estados Unidos – Brasil foi a descoberta de grandes jazidas de petróleo na camada pré-sal, na costa brasileira, e a subsequente lei do governo Lula que garantia à Petrobras pelo menos 30% da exploração dos campos. Dennis Hearne, cônsul no Rio de Janeiro (2009-2012),

¹⁴ SOBEL, Clifford. **Brazil's New Defense Strategy – Strategy for Development.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 9 de janeiro de 2009, *Confidential*. Canonical ID: 09BRASILIA34_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA34_a.html.

¹⁵ SOBEL, Clifford. **Brazil's fighter purchase: endgame strategy.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 19 de maio de 2009, *Secret*. Canonical ID: 09BRASILIA634_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA634_a.html.

relatou indignado que a Petrobras seria a operadora principal na exploração dos campos de petróleo do pré-sal, e passou a articular com os/as CEO's (*Chief Executive Officers*, o/a diretor/a executivo de uma empresa) das petrolíferas estadunidenses como “derrubar a lei do pré-sal”.¹⁶ Para Hearne, “a possibilidade de uma nova empresa estatal possuir e administrar todas as reservas de pré-sal é um anátema [maldição] para os representantes da indústria petrolífera no Rio de Janeiro”.¹⁷ Em dezembro, com a proposta do Executivo já em tramitação no Congresso, Hearne escrevia¹⁸ que, para a indústria petrolífera, “o aspecto mais prejudicial do projeto (...) é a designação da Petrobras como operadora principal”. “Resignada” à aprovação do Projeto de Lei encaminhado à Câmara dos Deputados, a estratégia da indústria seria, escreveu Hearne, “alistar novos parceiros para se concentrar no Senado, com os objetivos de acrescentar emendas parlamentares aos PL's [Projetos de Lei] e atrasar as votações até as eleições presidenciais e parlamentares de outubro de 2010”. Entre os parceiros da Embaixada, estavam o dono da petrolífera brasileira OGX Eike Batista, a FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo), a CNI (Confederação Nacional das Indústrias) e o então governador de São Paulo José Serra, que conversou com Patricia Pradal, CEO da Chevron Brasil, acerca do marco regulatório proposto pelo PT. Pradal repassou a Hearne que Serra teria dito para “deixar esses caras [do Partido dos Trabalhadores] fazer o que quiserem. Não vão haver leilões, e então mostraremos a todos que o modelo antigo funcionava... E nós vamos mudar de volta”.¹⁹

¹⁶ HEARNE, Dennis. **Can the oil industry beat back the pre-salt law?** *US Consulate in Rio de Janeiro para Secretary of State*, 2 de dezembro de 2009, *Confidential*. Canonical ID: 09RIODEJANEIRO369_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html.

¹⁷ HEARNE, Dennis. **Rio's oil players react to speculation on Pre-Salt regulations.** *US consulate in Rio de Janeiro para Secretary of State*, 27 de agosto de 2009. Canonical ID: 09RIODEJANEIRO14_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO14_a.html.

¹⁸ HEARNE, **Can the oil industry beat back...**

¹⁹ *Ibid*, §3.

II. O PROJETO PONTES E A PARTICIPAÇÃO DOS EUA NO GOLPE DE 2016

Além de engajar setores do empresariado e grupos políticos brasileiros da oposição de direita ao governo Lula na defesa dos interesses norte-americanos, a Embaixada também investiu na aproximação com círculos de juízes/as, promotores/as e policiais federais brasileiros/as alinhados/as à posição de críticos do PT. Em telegrama de outubro de 2009,²⁰ a *charge d'affaires*²¹ da Embaixada em Brasília Lisa Kubiske (2008-2011) relatava a realização de conferência organizada pela Embaixada sobre “crimes financeiros ilícitos”, que se estendeu por seis dias no Rio de Janeiro e treinou juízes/as e promotores/as dos 26 Estados brasileiros e mais de 50 agentes da Polícia Federal – dentre eles/as Sérgio Moro, que palestrou sobre “lavagem de dinheiro” e “combate à corrupção”.²² A conferência foi apenas uma parte do Bridges Project (Projeto Pontes), descrito por Kubiske como “um novo conceito de treinamento introduzido pela Embaixada em fevereiro de 2009 para consolidar treinamentos bilaterais de aplicação da lei”, uma “oportunidade de fazer parcerias com diversas entidades brasileiras de aplicação da lei para o combate às crescentes ameaças transnacionais que surgem no Brasil”. Após a realização da referida conferência, Kubiske sugeriu Curitiba como um dos centros para a continuação do treinamento, que deveria ser “de longo prazo e coincidir com a formação de forças-tarefa”, as quais teriam como base “investigações reais” que evoluíssem “até a conclusão dos casos em tribunais”. A formação e atuação dessas forças-tarefa “permitiria o acesso a especialistas dos EUA para orientação e apoio contínuos”.²³

Dia 20 de março de 2014 – nove meses depois de um vazamento dos programas de espionagem da Agência de Segurança Nacional dos EUA (National Security Agency – NSA) que tinha como alvo os telefones da Petrobras – o juiz de Curitiba Sérgio Moro dá início à força-tarefa da Lava Jato. A Operação Lava Jato foi, junto com a queda do

²⁰ KUBISKE, Lisa. **Brazil: Illicit Finance Conference uses the “T” word, successfully.** *US Embassy in Brasília para Secretary of State*, 30 de outubro de 2009, *Unclassified – For Official Use Only*. Canonical ID: 09RIODEJANEIRO14. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html.

²¹ *Charge d'affaires* é a denominação dada ao/à vice-embaixador/a (em inglês, *Deputy Chief of Mission* – DCM) quando assume temporariamente as funções de direção da Embaixada na ausência do Embaixador/a.

²² KUBISKE, **Brazil: Illicit Finance Conference...** §6.

²³ *Ibid*, §10.

preço do barril de petróleo no mercado internacional,²⁴ um dos fatores que reduziu o valor da empresa na bolsa de valores de R\$ 310 bilhões em setembro de 2014 a 226 bilhões em janeiro de 2018²⁵ e levou a Petrobras a cortar pela metade seu quadro de funcionárias/as demitindo 197 mil trabalhadoras/as (a maioria terceirizados) de 2014 a 2017.²⁶

Muito provavelmente, os telefonemas da Petrobras grampeados pela NSA em 2012 serviram para levantar os esquemas de corrupção da Petrobras e repassar as informações para a Polícia brasileira. Para Moniz Bandeira, que durante meio século analisou as relações Brasil – Estados Unidos, o objetivo da Lava-Jato é “desestruturar, paralisar e descapitalizar as empresas brasileiras, estatais e privadas, como a Odebrecht, que competem no mercado internacional, América do Sul e África”²⁷. Como de fato demonstraram as análises de Pedro Campos e Bruno Rocha, a Lava-Jato destruiu as construtoras brasileiras^{28,29}. De acordo com o estudo de docentes do curso de Economia Política Internacional da UFRJ, essa desestruturação das bases produtivas e institucionais brasileiras interessa sim aos agentes externos, especialmente os norte-americanos, pois isso (1) possibilita a abertura da exploração do pré-sal para as empresas estrangeiras; (2) retarda/paralisa o projeto nuclear brasileiro; (3) desestabiliza o engajamento do Brasil aos arranjos configurados pelos BRICS; e (4) desestabiliza a presença das empresas de construção civil nacional na América Latina e África, abrindo mercados para novos entrantes.³⁰

²⁴ BASTOS, Emanuele *et. al.* Os impactos da Operação Lava Jato e da crise internacional do petróleo nos retornos anormais e indicadores contábeis da Petrobras, 2012-2015. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do RJ*, n° 67, 2016. Disponível em: bit.ly/2kEUVjP.

²⁵ ROSA, Bruno. *Ações da Petrobras ainda não recuperaram perdas da Lava-Jato*. O Globo, 4 de janeiro de 2018. Disponível em: glo.bo/2GG5kIE.

²⁶ FERREIRA, Afonso. *Petrobras corta equipe quase pela metade*. Uol Economia, 31 de maio de 2017. Disponível em: bit.ly/2s3w0Hz.

²⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Moro e Janot atuam com os Estados Unidos contra o Brasil*. Jornal do Brasil, entrevista com Moniz Bandeira, 3 de dezembro de 2016. Disponível em: bit.ly/2x2UZQZ.

²⁸ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A construção civil brasileira nos tempos da Operação Lava Jato*. Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, n° 336, agosto de 2017. Disponível em: bit.ly/2w3fn32.

²⁹ ROCHA, Bruno Lima. *Os ataques sofridos em escala internacional pelas empresas líderes da engenharia brasileira: uma análise por esquerda*. Estratégia & Análise, 2016. Disponível em: bit.ly/2J0IkUJ.

³⁰ PINTO, Eduardo Costa *et al.* *A guerra de todos contra todos: a crise brasileira*. Campinas: XXII Encontro Nacional de Economia Política, 2017, p. 31-2. Disponível em:

Segundo Moniz Bandeira, “há evidências, diretas e indiretas, de que os Estados Unidos influíram e encorajaram a *lawfare*, a guerra jurídica para promover a mudança do regime no Brasil”. A maior evidência é o treinamento oferecido pelo “Projeto Pontes”, da Embaixada estadunidense, à pessoas juízas, promotoras e policiais brasileiras para o “combate à corrupção”, dentre eles Sérgio Moro – que dirigiu o ataque à Petrobras. *Lawfare*³¹ é uma forma “jurídica” de guerra, na qual lei é usada como ferramenta para atingir um objetivo político. Na definição de Bruno Rocha, “manobras jurídico-legais são empregadas como substituto da força armada” por uma força assimetricamente maior que outra. Nos acordos de cooperação entre órgãos jurídicos e policiais brasileiros e estadunidenses, por exemplo, os EUA detém uma vantagem estratégica devido aos seus avançados sistemas de monitoramento e espionagem (como o PRISM), que os permitem selecionar as informações centrais a serem trocadas³² – como é o caso do fornecimento dos dados da espionagem realizada pela NSA aos juízes da Lava-Jato.

Depois de todos os esforços de Dennis Hearne para “derrubar” a lei do Pré-Sal, e tendo em vista a proximidade dos agentes da Lava-Jato com instituições estadunidenses, é presumível que, muito provavelmente, a NSA, após grampear os telefones da Petrobras, repassou informações sobre o esquema de pagamento de propinas da empresa para juízes e promotores com quem mantinham contato próximo³³. A NSA esperava que esses

bit.ly/2u5IRvm. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Moro e Janot atuam com os Estados Unidos contra o Brasil*. Jornal do Brasil, entrevista com Moniz Bandeira, 3 de dezembro de 2016. Disponível em: bit.ly/2x2UZQZ. METRI, Maurício. *Sob a névoa da conjuntura*. Correio da Cidadania, 24 de março de 2016. Disponível em: bit.ly/2trbP7t. ROCHA, Bruno Lima. *Os ataques sofridos em escala internacional pelas empresas líderes da engenharia brasileira: uma análise por esquerda*. Estratégia & Análise, 2016. Disponível em: bit.ly/2J0lkUJ. CARDOSO, José. *O golpe como elemento da guerra híbrida*. Outras Palavras, 26 de março de 2018. Disponível em: bit.ly/2GumqqU.

³¹ De acordo com Mosquera e Bachmann, o sentido corrente do conceito de *lawfare* foi criado pelo General Charles Dunlap, das Forças Aéreas dos EUA, em 2001, como parte da estratégia de guerra híbrida. MOSQUERA, Andres Munoz; BACHMANN, Sascha Dov. *Lawfare in Hybrid Wars: The 21st Century Warfare*. *Journal of International Humanitarian Legal Studies*, n° 7, 2016, p. 63.

³² ROCHA, *Os ataques sofridos...*

³³ Outro indício que corrobora com a tese de que a NSA repassou informações sobre a Petrobras para os juízes da Lava Jato é que ela atuava em conjunto com o Burô de Contra Terrorismo do Departamento de Estado, que participou da organização do Projeto Pontes. Essa parceria foi revelada por um comunicado interno da NSA vazado nos *Snowden's Leaks*, onde lemos que o ISI (como vimos, um setor da NSA que espiona a política internacional e as atividades comerciais brasileiras) “está atuando ativamente em parceria com os escritórios *Combating Proliferation e Counterterrorism*”. NSA. Desenvolvimento do suporte ao contraterrorismo e combate à proliferação. Disponível em: glo.bo/1wX1887.

agentes que pudessem mobilizar um processo penal que, empunhando a bandeira do combate à corrupção, e com o apoio da mídia (influenciada pelos aparelhos privados de hegemonia norte-americanos), pudesse ser o pavio para acender uma onda de protestos que desestabilizasse o governo Dilma e promovesse uma revolução colorida verde-amarela.

As conexões dos juízes da Lava-Jato com o Estado norte-americano iam além das que tinham com o Departamento de Estado através do Projeto Pontes. As relações de Sérgio Moro com os Estados Unidos, por exemplo, são de longa data. Segundo seu próprio currículo Lattes, em 1998 cursou o *Program of Instruction for Lawyers* na *Harvard Law School*, então acompanhado da também juíza da Lava-Jato Gisele Lemke, e em 2007 participou de um treinamento para “líderes em potencial” do *International Visitors Program* organizado pelo Departamento de Estado norte-americano, “com visitas a agências e instituições dos EUA encarregadas da prevenção e do combate à lavagem de dinheiro”³⁴.

Após estreitar seus laços com o *staff* dos Departamentos de Justiça e Estado norte-americanos que Moro foi convidado pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil a participar da conferência do Projeto Pontes sobre *Illicit Financial Crimes* (Crimes Financeiros Ilícitos), no Rio de Janeiro, entre os dias 4 e 9 de outubro de 2009. O evento foi organizado pela Consultoria Jurídica Regional (*Regional Legal Advisor – RLA*³⁵) – coordenada por Karine Moreno – e pela Assessoria Jurídica (*Legal Attach – LEGAT*) – coordenada por David Brassanini – da missão dos Estados Unidos no Brasil (o conjunto da Embaixada, consulados e demais agências).

A participação de Moro no evento, ao contrário dos treinamentos que realizou em terras norte-americanas, não consta em seu currículo, e passaria despercebida não fosse o telegrama vazado pelo *Cablegate* em que Lisa Kubiske, então vice-Embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, comenta a conferência para Hillary Clinton, Secretária de Estado. Kubiske relata que a Embaixada reunira “com sucesso” a delegação

³⁴ MORO, Sérgio. *Currículo Lattes*. Disponível em: lattes.cnpq.br/9501542333009468. Ver também: PHILLIPS, Dom. *Brazil's new hero is a nerdy judge who is tough on official corruption*. Washington Post, 23 de dezembro de 2015. Disponível em: wapo.st/2KMAXMO.

³⁵ *Resident Legal Advisor*, representante do Departamento de Justiça na Embaixada para “ajudar juízes e promotores a conceber e implementar programas que melhorem o estado de direito”.

estadunidense com juízes e promotores dos 26 estados brasileiros e mais de 50 agentes da Polícia Federal para discutir como combater “crimes financeiros” como “lavagem de dinheiro”³⁶.

O financiamento veio do Programa de Não-proliferação, Anti-terrorismo, Desminagem e Relacionados³⁷ do Escritório de Contra-Terrorismo (*Bureau of Counter Terrorism – S/CT*) do Departamento de Estado. Dia 5 de dezembro de 2008, Condoleezza Rice, em seu último mês como Secretária de Estado, enviava para mais de 50 Embaixadas ao redor do globo telegrama oferecendo ajuda financeira via S/CT para realização de atividades regionais de combate ao terrorismo³⁸. Dia 31 de dezembro Kubiske respondia solicitando U\$ 200 – 300 mil para a realização da conferência³⁹. Portanto, a fala de abertura da conferência foi feita por Shari Villarosa, Vice-Coordenadora do Burô de Contra-Terrorismo, que focou na relação entre "finanças ilícitas" e "terrorismo". Taticamente, realizar no Brasil uma formação focada no combate ao terrorismo, girando Villarosa para a tarefa de abrir a conferência, foi uma manobra ofensiva: até então, os formuladores da política externa norte-americana viam os agentes políticos brasileiros como hostis à ideia de que existiam atividades terroristas no Brasil. “Na maior parte do planejamento da Embaixada com as contrapartes brasileiras”, contextualiza Kubiske, “o mantra tradicional tem sido evitar o uso da palavra ‘terrorismo’ e em vez disso, usar o termo menos polêmico ‘crime transnacional’”.⁴⁰

Mas não foi essa a posição dos juízes, promotores e policiais na conferência, que "consideraram o tópico [do terrorismo] extremamente interessante e importante". Kubiske ressalta no telegrama como essa postura "difere das anteriores, que

³⁶ KUBISKE, Lisa. **Brazil: Illicit Finance Conference uses the “T” word, successfully.** *US Embassy in Brasília* para *Secretary of State*, 30 de outubro de 2009, Unclassified – For Official Use Only. *Canonical ID*: 09RIODEJANEIRO14. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html.

³⁷ *Nonproliferation, Anti-terrorism, Demining, and Related Programs – NADR.*

³⁸ RICE, Condoleezza. **S/CT: solicitation for NADR-funded proposals to support the regional strategic initiatives.** *Secretary of State* para *US Embassy in Brasília*, 5 de dezembro de 2008, *Unclassified*. *Canonical ID*: 08STATE128554_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/08STATE128554_a.html.

³⁹ KUBISKE, Lisa. **Embassy brasilia proposal for S/CT NADR project.** *US Embassy in Brasília* para *Secretary of State*, 31 de dezembro de 2008, *Confidential*. *Canonical ID*: 08BRASILIA1684_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/08BRASILIA1684_a.html.

⁴⁰ KUBISKE, **Brazil...**

historicamente evitavam qualquer treinamento que referenciasse terrorismo". "Desafiar tais afirmações" era a reação "usual (...) quando lidamos com o Ministério de Relações Exteriores ou Membros do Executivo no Brasil". Os juízes, promotores e policiais federais, termina Kubiske, "estavam menos preocupados com o campo minado político em torno do termo". A abertura dos brasileiros para discutir o tema foi percebida como uma oportunidade pelo *staff* norte-americano: deveras, Kubiske ressaltou-a no título do telegrama: "Brazil: conferência sobre finanças ilícitas usa a palavra 't' com sucesso"⁴¹.

Depois da fala de Villarosa, a segunda fala da conferência foi de Gilson Dipp, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (1998-2014), que "forneceu uma visão geral da história legislativa e política brasileira relativa à lavagem de dinheiro". Além da exposição de Dipp, a única fala que mereceu a menção de Kubiske, da centena de juízes, promotores e policiais convidados a participar da conferência, foi a do "Juiz Federal de Lavagem de Dinheiro Sérgio Moro, que discutiu as 15 questões mais comuns que ele vê em casos de lavagem de dinheiro nos tribunais brasileiros".



Cerimônia de abertura da conferência "*Illicit Financial Crimes*", realizada pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil em outubro de 2009 no Rio de Janeiro. Disponível em: bit.ly/2IOUZcT.

Na sequência, as delegações discutiram vários aspectos relacionados à investigação e julgamento de casos de finanças ilícitas e lavagem de dinheiro, incluindo

“cooperação internacional formal e informal”, “confisco de bens”, “métodos de prova”, “delações premiadas” e “uso do interrogatório como ferramenta”. Por fim, ocorreu o que os participantes brasileiros destacaram como “o ponto alto do evento”: uma simulação da preparação e interrogatório de uma testemunha. Ao fim da conferência, solicitaram “reiteradamente” “treinamento adicional” relativo à “coleta de evidências”, “interrogatórios e entrevistas”, “práticas em tribunais” e, “enfaticamente”, o “modelo de *task force* (força-tarefa)”⁴².

“Consequentemente”, escreveu Lisa Kubiske à Hillary Clinton, “há uma necessidade contínua de fornecer treinamento prático aos juízes, promotores e órgãos de segurança pública federais e estaduais brasileiros em relação a financiamento ilícito de conduta criminosa”. A *charge d'affaires* no Brasil percebeu a possibilidade aberta para aprofundar os laços entre agentes de justiça estadunidenses e brasileiros, e insistiu para que o Departamento de Estado não deixasse a oportunidade passar. “A conferência demonstrou claramente que o setor judiciário brasileiro está muito interessado em se envolver de forma mais proativa na luta contra o terrorismo”, mas, alertava Kubiske, “precisa das ferramentas e do treinamento para efetivamente se engajar”. Tal treinamento “deve ser de longo prazo e coincidir com a formação de forças-tarefa”, tendo como base “investigações reais que evoluiriam até a conclusão do caso no tribunal”, o que “permitiria o acesso a especialistas dos EUA para orientação e apoio contínuos”. Os locais para a execução dos treinamentos deveriam ser “dois grandes centros urbanos com comprovado apoio judicial para casos de financiamento ilícito” (“*proven judicial support*” significando apoio judicial de juízes alinhados às posições norte-americanas). Os dois grandes centros urbanos “a serem selecionados como local para esse tipo de treinamento são São Paulo, Campo Grande ou Curitiba” (repare-se, redutos do PSDB). Não parecem restar dúvidas que a “república de Curitiba” foi uma das cidades escolhidas pelo Departamento de Estado para a formação de uma “força-tarefa” para realização de uma “investigação real” relativa à “crimes financeiros ilícitos”⁴³.

A Embaixada trabalhava para aproximar-se de outros setores do Estado brasileiro “menos hostis” que o Itamaraty desde a eleição de Lula e a nomeação de Celso Amorim

42 KUBISKE, **Brazil...**

43 KUBISKE, **Brazil...**

como Chanceler e Samuel Pinheiro Guimarães como Secretário Geral. Sobel, ainda no início daquele ano de 2009, escrevia o telegrama “Entendendo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Parte 1: forças ideológicas”⁴⁴, apontando o Itamaraty como um “desafio” para os interesses estadunidenses (o que, como vimos, aparece como um consenso da Embaixada em diversos outros telegramas) e argumentando que “o caminho a seguir com o governo brasileiro envolverá em grande parte o trabalho com outros atores importantes”. A estratégia traçada era construir “coalizões de apoio” com “outros ministérios e agências do governo brasileiro que atuam como defensores de uma cooperação mais estreita” para “superar a oposição do MRE”. Além de atuar com outros setores do governo menos hostis que o Itamaraty, Sobel planejava atuar junto ao Congresso, o Judiciário, os governadores, atores não-governamentais e, “em especial”, o setor privado, “que geralmente apóia trabalhar com os Estados Unidos e frequentemente tem a capacidade de influenciar decisões em favor de nossas iniciativas”. Sobel comenta que atuar em conjunto a outros atores já é “estratégia testada”: “o desenvolvimento de iniciativas e o trabalho com outros atores além do Itamaraty foram elementos essenciais para o nosso sucesso. Mais recentemente, excelentes relações com o Ministério da Justiça, a Polícia Federal e a Presidência foram cruciais para superar a recusa do MRE em emitir vistos para agentes da DEA”.

A conferência de outubro em que Moro palestrou sobre lavagem de dinheiro foi apenas uma das atividades promovidas sob o guarda-chuva do “Projeto Pontes” (*Bridges Project*), que Kubiske, no telegrama sobre a conferência, explica ser “um novo conceito de treinamento introduzido pela Embaixada em fevereiro de 2009 para consolidar treinamentos bilaterais de aplicação da lei”. Em março de 2009, meio ano antes da conferência, Lisa Kubiske escrevia o telegrama “Oportunidades de parcerias para aplicação da lei no Brasil”⁴⁵, informando que com a criação do “Projeto Pontes”, a Embaixada “estava agarrando a oportunidade de fazer parcerias com diversas entidades

⁴⁴ SOBEL, Clifford. **Understanding Brazil's Foreign Ministry, part 1: ideological forces.** *US Embassy in Brasilia para Secretary of State*, 11 de fevereiro de 2009, *Confidential*. Canonical ID: 09BRASILIA177. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA177_a.html.

⁴⁵ KUBISKE, Lisa. **Opportunities for law enforcement partnerships in Brazil.** *US Embassy in Brasilia para Secretary of State*, 10 de março de 2009, *Unclassified*. Canonical ID: 09BRASILIA278_a. Disponível em: wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA278_a.html.

brasileiras de aplicação da lei para o combate às crescentes ameaças transnacionais que surgem no Brasil". A própria Estratégia de Segurança Nacional (2010) norte-americana afirma, após destacar o papel de liderança global que o Brasil assumia, que “nós incentivaremos os esforços brasileiros para combater redes transnacionais ilícitas”⁴⁶.

⁴⁶ WHITE HOUSE. *National Security Strategy*. Washington, 2010, p. 44. Disponível em: nssarchive.us/NSSR/2010.pdf.

III. UMA REVOLUÇÃO COLORIDA VERDE-AMARELA?

Harlan Ullmann, diretor do Atlantic Council e consultor que influenciou o secretário da Defesa dos EUA Donald Rumsfeld na guerra do Iraque⁴⁷, dizia, em texto de 2014⁴⁸, que o principal inimigo e adversário “já não são estados inclinados a interromper ou dominar o sistema”: os inimigos agora são “Edward Snowden, Bradley Manning, inúmeros ‘hackers’ e pessoas anônimas que enviam cartas preenchidas com antraz, cujas ações realmente constituíram ameaças reais e interrupções sistêmicas”. Paul Joseph Watson encontrou semelhança entre a retórica de Ullman e a de Zbigniew Brzezinski, que “em 2010, durante uma reunião do Council on Foreign Relations, alertou que um ‘despertar político global’, em combinação com a luta interna entre a elite, estava ameaçando descarrilar a transição para um governo mundial”⁴⁹.

A preocupação de Ullmann com a ameaça de atores não estatais parece um tanto quanto contraditória, visto que dirige uma organização não-governamental extremamente influente⁵⁰. Tais organizações são parte do núcleo da classe capitalista que planeja as estratégias da classe e mobiliza as ações políticas para pôr em prática tais estratégias, uma vanguarda militante do capital, definida pelo cientista político uruguaio René Dreifuss como a elite orgânica do capital.⁵¹

Além do planejar e executar a ação política da classe, essas elites orgânicas desempenham a função de unificar as diversas frações do capital. Sua ação “permite que um bloco de poder polarize sob seu controle o conjunto de frações subalternas, formando, quando a ação é bem-sucedida, uma frente móvel de poder”. Por isso, as elites orgânicas mantêm relativa autonomia em relação aos grupos sociais matriciais, possuindo uma

⁴⁷ Outro líder do Atlantic Council é Brent Scowcroft, ex-Conselheiro de Segurança sob o comando dos presidentes Gerald Ford e Bush pai. Scowcroft foi também presidente do Conselho de Inteligência Estrangeira de Bush filho de 2001 a 2005, e assessorou Obama na escolha de sua equipe de segurança nacional.

⁴⁸ ULLMAN, Harlan. *War on Terror is not the only threat*. Atlantic Council, 2014. Disponível em: bit.ly/2PcgF2h.

⁴⁹ NASSIF, Luís. *Xadrez de como os EUA e a Lava Jato desmontaram o Brasil*. GGN, 18 de março de 2018. Disponível em: bit.ly/2MYI4UO.

⁵⁰ LIPTON, Eric; WILLIAMS, Brooke. *How think-tanks amplify corporate America's influence*. The New York Times, 7 de agosto de 2016. Disponível em: nyti.ms/2kyiis3.

⁵¹ DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

dinâmica própria.⁵² Portanto, “as elites orgânicas ‘superam’ os partidos, tanto na capacidade estratégico-política quanto na profundidade de suas ações. Poderíamos dizer: os partidos burgueses visam o governo; as elites orgânicas visam o Estado”⁵³.

Tais elites orgânicas – como a organização não-governamental *Atlantic Council* de Ulmann – cumpriram um papel central na articulação do golpe. Como disse William Colby, ex-diretor da CIA, “muitas operações, antes conduzidas de forma encoberta pela CIA, poderiam doravante ser realizadas, abertamente e sem questionamento, pelas ONGs (um terço das cem maiores estava baseado nos Estados Unidos)”⁵⁴.

Em consonância com o *Atlantic Council*, o *think tank Americas Society and Council of the Americas* (AS/COA) – que tem como um dos diretores o ex-Embaixador no Brasil Clifford Sobel (2006–2009)⁵⁵ – glorificou a Operação Lava Jato. Analisando os artigos escritos pela revista do conselho, a *Americas Quarterly*, Brian Mier constatou que durante o período de 3 meses antes do golpe, a AS/COA escreveu 14 artigos sobre o Brasil, nos quais “as três mensagens centrais foram que não foi um golpe, as instituições democráticas brasileiras estão funcionando e o ‘*impeachment*’ foi uma coisa positiva para o Brasil”⁵⁶.

A AS/COA foi criada em 1963 por David Rockefeller com o propósito, segundo ele, de “dar assistência à comunidade empresarial, para que possa se desincumbir de suas responsabilidades na América Latina”⁵⁷. Rockefeller, seu fundador, era diretor do mais importante órgão de planejamento de política externa dos EUA,⁵⁸ o Council of Foreign Relations (CFR), desde 1949. O CFR é a primeira matriz de uma série de entidades das elites orgânicas no mundo anglo-saxônico.⁵⁹ Foi criado em 1921 por acadêmicos,

⁵² *Ibid*, p. 26. HOEVELER, Rejane Carolina. *As elites orgânicas transnacionais diante da crise: os primórdios da Comissão Trilateral (1973-1979)*. Dissertação no Curso de História da UFF, 2015, p. 74-6.

⁵³ *Ibid*, p. 266.

⁵⁴ MONIZ BANDEIRA, *A segunda guerra fria... epílogo*.

⁵⁵ HOEVELER, Rejane. *Imperialismo e neoliberalismo nas Américas: o caso do Council of the Americas*. Colóquio Internacional Marx e o Marxismo, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC68/mc683.pdf.

⁵⁶ MIER, Brian. *EUA: assim se constrói o apoio ao golpe no Brasil*. Outras Palavras, 7 de março de 2018. Disponível em: bit.ly/2tz0a6b.

⁵⁷ DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, p. 149.

⁵⁸ HOEVELER, *As elites orgânicas transnacionais diante da crise... p. 84*.

⁵⁹ *Ibid*, p. 100.

intelectuais, diplomatas e empresários norte-americanos para “analisar, formular, acompanhar e avaliar iniciativas e diretrizes estratégicas (privadas ou públicas) indispensáveis para sustentar a crescente projeção do capitalismo norte-americano”⁶⁰.

O CFR é considerado uma “matriz” pois, como demonstra o trabalho de Dreifuss, fomentou inúmeras entidades similares ao redor do globo. Sem as amarras dos acordos políticos internacionais e das legislações nacionais, entidades como o CFR e suas primas realizaram uma “difusão cosmopolita de certos interesses, de certas formas de agir e certas maneiras de pensar”.⁶¹ Como discutimos na introdução, o fomento dessas novas entidades e a difusão desses valores se deu através da associação dessas elites orgânicas com as burguesias locais, mesmo que algumas vezes também tenham ocorrido tensões e contradições no processo.⁶² Essas elites orgânicas

treinam, educam e incorporam de maneira desigual setores burgueses de diferentes países e, finalmente, para neutralizar os setores populares e as lutas (muitas vezes similares) que emergem nos diferentes países, estabelecem protocolos de atuação, tanto para o convencimento quanto para a repressão, assim como procuram redirecionar tais reivindicações.⁶³

A *Atlas Network*, fundada por Anthony Fischer em 1981 e financiada pela USAID e por empresas estadunidenses, é o maior exemplo de uma entidade que desempenhou a função de treinar setores burgueses no Brasil. A Atlas apoiou – financeiramente e com treinamentos – cerca de 30 institutos “defensores do livre mercado”, como o Estudantes pela Liberdade (EPL) e o Movimento Brasil Livre (MBL), que atuaram na organização das manifestações verde-amarelas que exigiam o impeachment de Dilma, tendo o combate a corrupção como principal pauta.

Para Hélio Beltrão, dirigente do Instituto Mises, a Rede Atlas “é como um time de futebol: a defesa é a academia, o meio de campo é o pessoal da cultura e os políticos são os atacantes”⁶⁴. A metáfora de Beltrão, notavelmente, é semelhante à análise de Dreifuss sobre o funcionamento dos aparelhos privados de hegemonia, para o autor estruturados em três níveis de organização: 1) “as centrais ou laboratórios de ideias e

⁶⁰ DREIFUSS, *op cit*, p. 32-4.

⁶¹ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010, p. 174-5.

⁶² *Ibid.*

⁶³ *Ibid*, p. 176.

⁶⁴ FANG, *Esfera de influência...*

pesquisas, fundações e agências de planejamento e consultoria”, o “núcleo de vanguarda político-intelectual” (a “defesa”); 2) as “unidades de ação, grupos táticos visando alvos específicos e fins limitados”, o “braço operacional” (o “ataque”); e 3) as “elites orgânicas propriamente ditas”, ou seja, o setor do empresariado que “articula e organiza seus interesses num projeto” e atua enquanto “estado-maior”, dirigindo todas operações (o verdadeiro “meio de campo” que Beltrão omite)⁶⁵.

Hoje, grande parte do trabalho das “unidades de ação” das revoluções coloridas é realizado na internet. Um dos aspectos centrais das guerras híbridas é o foco na atuação em redes sociais. Korybko⁶⁶ aponta como esse campo foi desenvolvido pelo Escritório de Transformação de Força, criado em 2001 pelo Ministro da Defesa de Bush Donald Rumsfeld, e comandado pelo Almirante (da Marinha) Arthur Cebrowski (2001-2005), que junto com o futuro Diretor Assistente do Escritório John Garstka, publicou em 1998 o artigo “Guerra centrada em redes: sua origem e futuro”. Esse trabalho argumenta como o poder das redes está relacionado à capacidade de coleta e análise das interações de informações entre os inúmeros nós que conformam a rede⁶⁷. Adaptando a teoria de Cebrowski e Garstka para a formulação das guerras híbridas, os nós são os agentes das revoluções coloridas.⁶⁸

Para o sucesso da ação dos nós, eles deveriam agir o mais descentralizadamente possível. No livro “O advento da guerra em rede” (1996), John Arquilla e David Ronfeldt, da *RAND Corporation*, principal *think tank* ligado ao Ministério da Defesa dos EUA (na definição de Dreifuss, um “laboratório de ideias”), postularam que “um novo tipo de conflito social estava em ascensão, onde redes ‘sem liderança’ de atores primordialmente não estatais aproveitarão a internet para travar uma luta amorfa de baixa intensidade contra o establishment”.⁶⁹

É notório que as redes sociais influíram na realização dos protestos da última década, e que a aparente descentralização dos protestos foi uma das marcas das

⁶⁵ DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 26-8.

⁶⁶ KORYBKO, *op cit*, p. 37-43.

⁶⁷ CEBROWSKI, Arthur & GARSTKA, John. *Network-centric warfare: its origin and future*. Instituto Naval dos EUA, 1998. Disponível em: bit.ly/2XQkBdb.

⁶⁸ KORYBKO, *op cit*, p. 37.

⁶⁹ ARQUILLA, John & RONFELDT, David. *The Advent of Netwar*. Santa Monica: RAND, 1996.

manifestações verde-amarelas. Na análise de Adriana Delorenzo, que estudou essa influência da internet nos protestos de 2013, as relações sociais, a organização e a estruturação das manifestações “foram alteradas pelo modo de circulação da informação”. Manifestações foram convocadas e articuladas essencialmente por meio de plataformas de redes sociais digitais, como o Facebook. Na conclusão da autora, “as limitações que o Facebook impõe para a circulação das informações confirmam o potencial de controle das redes digitais”.⁷⁰

Fernando Haddad (à época dos protestos de junho de 2013 prefeito de São Paulo) conta que durante as manifestações a presidenta Dilma recebeu ligações do presidente russo Vladimir Putin e do presidente turco Recep Erdogan, que alertavam-na sobre as possibilidades de interferência estrangeira nas chamadas de atos no Facebook. Segundo Haddad,

Durante os protestos de 2013 no Brasil, a percepção de alguns estudiosos da rede social já era de que as ações virtuais poderiam estar sendo patrocinadas (...) naquela ocasião vi um estudo gráfico mostrando uma série de nós na teia de comunicação virtual, representativos de centros nervosos emissores de convocações para os atos. O que se percebia era uma movimentação na rede social com um padrão e um alcance que por geração espontânea dificilmente teria tido o êxito obtido. Bem mais tarde, eu soube que Putin e Erdogan haviam telefonado pessoalmente para Dilma e Lula com o propósito de alertá-los sobre essa possibilidade.

De fato, como mostra o trabalho de Brett Van Niekerk and Manoj Maharaj, o Exército dos EUA estava usando o software Persona para criar contas fantasmas no Facebook, criando o “potencial para ampliar significativamente a influência psicológica que um pequeno grupo de operadores secretos pode ter em um público mais amplo”. Embora o propósito declarado disso fosse “criar um consenso favorável aos Estados Unidos sobre questões controversas”, os autores sugerem que ele também poderia ser usado para “instigar protestos e levantes populares”.⁷¹ Segundo o canal de televisão estatal russo RT, o Facebook também realizou experimentos psicológicos secretos com mais de meio milhão de usuários. O experimento foi conduzido Jeffrey Hancock, que

⁷⁰ DELORENZO, Adriana. *Internet e ativismo: os protestos de junho de 2013 no Brasil*. Dissertação no curso de Ciências Humanas e Sociais da UFABC, 2015. Disponível em: bit.ly/2TjKxeA.

⁷¹ NIEKERK, Brett Van; MAHARAJ, Manoj. Social media and information conflict. *International Journal of Communication*, v. 7, 2013. Citados por KORYBKO, *op cit*, p. 41-3.

antes trabalhava para o Pentágono no projeto Minerva, que financia pesquisas sobre as relações entre mídias sociais e agitações civis. Além do projeto Minerva, o Pentágono investe milhões de dólares em pesquisas sobre a influência nas mídias sociais através do Programa de Comunicação Estratégica de Mídias Sociais (SMISC) da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (DARPA).

Curiosamente, no mesmo mês de junho de 2013, o presidente da Turquia Recep Erdogan enfrentava grandes manifestações contra o governo, iniciadas por protestos ambientalistas contrários à demolição de um parque que foram impulsionados a grandes dimensões pelo Facebook. E um mês antes do impeachment de Dilma, o presidente turco Recep Erdogan resistiu a uma tentativa fracassada de golpe. Como reparou o jornalista Paul Mason, “máscaras do V de Vingança, a bandeira nacional e camisetas de times de futebol são símbolos comuns em Istambul e São Paulo”⁷². Como opina Kátia Baggio, é muito suspeita a “espontaneidade” de grupos como o MBL e o Anonymous Brasil.⁷³

Não à toa, as empresas norte-americanas tiveram grande parte de suas demandas atendidas pelo governo golpista de Michel Temer. Dia 5 de outubro de 2016, um mês depois do impeachment, foi revogada a obrigatoriedade da Petrobras ser operadora principal e ter participação mínima de 30% na exploração dos campos do pré-sal. Escrachadamente, a redação da lei foi de José Serra, empossado Ministro das Relações Exteriores por Temer assim que Dilma foi afastada. Como assinalou o deputado federal Glauber Braga (PSOL), em parecer sobre a nova lei, “as conversas entre Patrícia Pradal e o referido candidato não eleito presidente à época surtiram efeito”.⁷⁴ No fim do ano, em dezembro de 2016, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL, e Temer anunciou a substituição dos softwares livres dos computadores do governo pelos softwares da Microsoft, repassando 140 milhões de dólares pela compra de pacotes de serviços para a empresa.⁷⁵ Em outubro de 2017, as 2º e 3º rodadas de leilões do Pré-Sal entregaram o

⁷² MASON, Paul. *Protestos no Brasil, Turquia e outros países compartilham símbolos*. BBC, 20 de junho de 2013. Disponível em: bbc.in/2u4dVKR.

⁷³ BAGGIO, *op cit*, p. 260-2.

⁷⁴ BRAGA, Glauber. *Parecer ao Projeto de Lei n° 4567*. Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg/integras/1466207.pdf.

⁷⁵ BERGAMO, Monica. *Governo faz compra gigante na Microsoft e grupos veem risco para software livre*. Folha de São Paulo, 14 de dezembro de 2016. Disponível em: bit.ly/2pu1R3p.

bloco Norte de Carcará para a estadunidense Exxon (40%),⁷⁶ e em junho de 2018, a mesma empresa e a Chevron (que sentaram com Serra para articular como derrubar a lei do pré-sal) arremataram, respectivamente, 30% do campo de Três Marias e 28% do campo de Uirapuru.⁷⁷ No mês seguinte, se concretizou a venda de 51% da Embraer, peça fundamental da Estratégia Nacional de Defesa, para a Boeing,⁷⁸ e o governo Temer reabriu as negociações sobre a cessão da Base de Alcântara para uso norte-americano.⁷⁹ Como sintetizou Virgínia Fontes, “Temer e seu bando foram aos EUA demonstrar que recuam da disputa das posições subalternas com pretensões capital-imperialistas para a posição tradicional de rastejamento subalterno”.⁸⁰

⁷⁶ ROSA, Bruno. *Confira quem arrematou os blocos do leilão do pré-sal*. O Globo, 27 de outubro de 2017. Disponível em: glo.bo/2JpdCjK.

⁷⁷ CORRÊA, Marcello. *Confira quem levou cada bloco da 4ª rodada do leilão do pré-sal*. O Globo, 7 de junho de 2018. Disponível em: glo.bo/2JDUDoY.

⁷⁸ MORAIS, Fernando. *Venda da Embraer à Boeing: anatomia de um crime de lesa-pátria*. Nocaute, 11 de julho de 2018. Disponível em: bit.ly/2QVzdEO.

⁷⁹ ORTE, Paola. *Estados Unidos e Brasil negociam utilização de Base de Alcântara*. Agência Brasil, 4 de junho de 2018. Disponível em: bit.ly/2O8JVJr.

⁸⁰ FONTES, Virgínia. *Diretas já são muito pouco diante das nossas necessidades*. Correio da Cidadania, 7 de junho de 2017. Disponível em: bit.ly/2QQvFnb.